



EDITORIAL

A Revista do Desenvolvimento Regional (REDES), editada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) completou em 2021, vinte e cinco anos de existência e de publicações ininterruptas, divulgando e disseminando a produção interdisciplinar sobre as temáticas atinentes ao campo do desenvolvimento e planejamento regional, e promovendo o seu debate através de contribuições de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Comemorando esse momento especial queremos agradecer os integrantes do Conselho Editorial, os colegas revisores, os avaliadores externos, os autores e leitores dos artigos que com suas contribuições e tornaram a REDES um periódico consolidado e reconhecido pela sua importância na área de Planejamento Urbano e Regional, notadamente na subárea do Desenvolvimento Regional.

Nessa trajetória, os editores da revista têm buscado permanentemente a sua qualificação e a ampliação de sua difusão.

Em 2021 promovemos alterações em sua política editorial visando aperfeiçoar a comunicação, a disseminação e o debate sobre o conhecimento divulgado pela revista, e também amplificar sua inserção e visibilidade junto à comunidade científica internacional.

A partir de janeiro de 2021, a REDES passou a ser publicada em um único volume anual, com publicações em fluxo contínuo à medida que os manuscritos cumprirem todas as etapas do processo de submissão. Os artigos passaram então a ser organizados em dossiês ou seções temáticas bem como em uma seção geral que reúne artigos livres sobre temas em geral relacionados ao Desenvolvimento Regional.

O Conselho Editorial da revista aprovou também alterações em sua política editorial visando justamente aperfeiçoar a comunicação, a disseminação e o debate sobre o conhecimento divulgado pela revista, e buscando amplificar sua inserção e visibilidade junto à comunidade científica internacional.

Nesse sentido, a partir do presente volume, os artigos aprovados para publicação passam a ser disponibilizados para os leitores no idioma original e em sua respectiva versão em inglês, sendo essa de responsabilidade dos autores, bem como uma condição para publicação. Quando das submissões realizadas em língua inglesa, o artigo aprovado será publicado apenas neste idioma.

No presente volume 26 de Redes estão disponíveis para leitura os artigos organizados em dois dossiês temáticos e também os artigos livres, que versam sobre temas diversos e convergentes ao campo do desenvolvimento regional. O volume apresenta inicialmente os artigos selecionados para o **Dossiê: Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional**, organizado com a participação dos editores convidados: Ângela Cristina Trevisan Felippi, Grazielle Betina Brandt, ambas do PPGDR-UNISC, e do colega Alex Pizzio da Silva, do PPGDR-UFT. Na sequência apresentamos a seção **Artigos**, destinada para os artigos livres submetidos à revista que versam sobre temas diversos, convergentes ao campo do desenvolvimento regional. Por fim, apresentamos os artigos que integram o **Dossiê: Territórios e Transições para a Sustentabilidade**, organizado pelos editores convidados: Arilson Favareto (PPPGT-UFABC), Cidonea Machado Deponti (PPGDR-UNISC), Giovanni Belletti (Universidade de Florença) e Lídia Cabral (Universidade de Sussex).

Seção Dossiê “Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional”.

Os processos e dinâmicas de comunicação – em especial a midiática – têm adquirido um lugar sem precedentes na sociedade contemporânea, o que desafia os campos acadêmicos a procurarem respostas e fornecerem conhecimento à sociedade para que esta decida sobre seu presente e futuro. A aproximação entre Comunicação, Cultura e

Desenvolvimento Regional não é novidade, no entanto tem sofrido a afetação do tempo, e seus pesquisadores, impelidos a repensarem seus objetos, abordagens e métodos.

Neste espírito e no ano em que a revista *Redes* completa 25 anos, pela primeira vez é organizado esse dossiê que destaca a produção científica relacionada à temática da Comunicação, Cultura e Desenvolvimento. Quinze artigos, de pesquisadores e pesquisas de quatro países – México, Uruguai, Portugal e Brasil - compõem a edição, muitos destes autores integrantes da área de Desenvolvimento Regional, outros das áreas das Ciências Sociais, entre as quais, a Comunicação Social. Merece destaque ainda que o dossiê inaugura as edições bilingues completas da *Redes*, que desde 2021 passam a contar com a tradução para o inglês de todos artigos publicados, ampliando a comunicação científica.

Postas estas palavras iniciais, tratamos de brevemente apresentar cada artigo do dossiê. A partir de Portugal, vem importante pesquisa sobre mídia local e regional capitaneada pelos professores **João Carlos Correia**, **Pedro Jerónimo**, **Anabela Gradim**, da Universidade da Beira Interior, integrantes do LabCom, no texto intitulado *JORNALISTAS DA MÍDIA LOCAL E O DESAFIO DIGITAL*, o qual apresenta pesquisa realizada em 41 redações de meios de comunicação do interior de Portugal para compreender os desafios diante do jornalismo de plataformas. Explora a forte relação de proximidade destes meios com seu público e, contraditoriamente, as dificuldades em promover a interatividade e manter o sentimento de pertença, que viabilizam a mídia local. Em direção semelhante, pesquisa realizada a partir da Universidade de Coimbra - *QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO FORTALECIMENTO SOCIAL E DEMOCRÁTICO DO DIREITO À INFORMAÇÃO: AS REALIDADES PORTUGUESA E BRASILEIRA* – do professor **João Figueira** e de **Fernando Biffignandi**, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Brasil -, preocupa-se em discutir a informação como mecanismo democrático, num estudo comparativo entre os países dos pesquisadores. A partir do referencial da Comunicação Pública Cidadã, o artigo apresenta estudo realizado em quatro cidades a respeito da transmissão de informação por parte do poder público como um direito social e constitucional.

Numa abordagem cultural da problemática da tecnologia na prática comunicacional, o artigo assinado por de **Rosario Sánchez Vilela** e **Celeste Borjas**, da Universidad Católica del Uruguay, *ENTRE O DESENRAIZAMENTO E A QUERÊNCIA. JUVENTUDE RURAL E TIC NO URUGUAI. UMA ABORDAGEM QUALITATIVA*, preocupa-se em compreender os significados dos usos das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC pela juventude rural do Uruguai. Na contramão da hegemonia dos estudos sobre sujeitos e TIC, voltados para o espaço urbano, Rosario e Celeste problematizam a condição de uso das TIC por jovens do campo, explorando as categorias juventude e ruralidade e as dimensões espaço-temporais da vida cotidiana. E no que aqui parece denotar uma tradição latino-americana, o artigo *REPOSICIONANDO A DISCUSSÃO SOBRE CULTURA E OS ESTUDOS CULTURAIS*, de **Natividad da Gutiérrez Chong**, da Universidad Nacional Autónoma de México, parte da discussão sobre uma certa banalização do termo cultura e da importância de encontrar uma “ordem” epistemológica para seus usos. De certo modo, resgata a dimensão política da reflexão dos estudos culturais ao situar a discussão especialmente nas políticas dos estados-nação no final do século XX a respeito de cultura e identidade.

E a preocupação entre a comunicação e a esfera estatal segue no artigo dos pesquisadores da Universidade de Taubaté, **Monica Franchi Carniello** e **Moacir José dos Santos**, *COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, ao examinarem importante política pública brasileira voltada ao desenvolvimento regional, tomando o percurso relacional entre comunicação e desenvolvimento e identificando a primeira como um instrumento de transparência e participação social, embora não prioritário na intervenção. Com preocupações semelhantes, os autores **Ana Eliza Ferreira Alvim Silva**, **Samara Aparecida Resende Avelar** e **José Roberto Pereira**, da Universidade Federal de Lavras, em *CIDADANIA DELIBERATIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE DISCUSSÃO PROMOVIDO*

PELO PRIMEIRO MANDATO COLETIVO DO BRASIL, analisam o Mandato Coletivo Alto Paraíso de Goiás (MCAP) em sua presença nas mídias sociais, a partir indicadores propostos pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Fundação Getúlio Vargas, destinado à análise da cidadania deliberativa na prática. Com um percurso metodológico interessante para os estudos de Comunicação e Desenvolvimento, a pesquisa identifica elementos que contribuem para a cidadania deliberativa e que possibilitam uma articulação entre os atores sociais para o desenvolvimento. E um terceiro texto relacionado à Comunicação Pública é **POLÍTICAS CULTURAIS, INDICADORES E COMUNICAÇÃO PÚBLICA**, dos professores **Tiago Costa Martins**, Universidade Federal do Pampa, Brasil, e **Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto** e **Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva**, Universidade do Porto, Portugal. A partir de um *case study* em Portugal, a intenção foi de problematizar a produção e comunicação de informação pública e a configuração de indicadores culturais com vista ao desenvolvimento de instrumentos e novos formatos de disponibilização e interação nas práticas governamentais.

Refletindo a diversidade temática e de abordagens teórico-metodológicas da Comunicação e Desenvolvimento, temos o artigo 2008+10. **UMA ANÁLISE SOBRE AS MUDANÇAS DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE DOS DESASTRES DE BLUMENAU, BRASIL**, de **Clóvis Reis**, **Moisés Beio Cardoso** e **Yanet Maria Reimondo Barrios**, da Universidade Regional de Blumenau, fazendo um importante olhar sobre a questão ambiental e as contribuições possíveis das recentes da mídia e das tecnologias de comunicação. A pesquisa observa as mudanças nos procedimentos técnicos e políticos para a confrontação de desastres socioambientais ao longo de uma década após a ocorrência de uma tragédia dessa natureza em Blumenau, e o lugar da mídia nestas mudanças, contribuindo para a construção da percepção pública dos riscos. Por sua vez, outra pesquisa ambientada em Santa Catarina, **CINEMAS DE RUA AO LONGO DO VALE DO RIO TIJUCAS (SC): EXPRESSÕES DA CULTURA E MARCADORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, **Renata Rogowski Pozzo** e **Luís Eduardo Candeia**, da Universidade do Estado de Santa Catarina, apresenta e discute o circuito exibidor de cinemas de rua do Vale do Rio Tijucas, relacionando o funcionamento das salas de exibição com o desenvolvimento deste território entre as décadas de 1920 e 1970, compreendendo os movimentos do circuito como marcadores do desenvolvimento regional.

Os autores e as autoras de **MOVIMENTOS DE EMIGRAÇÃO DE MULHERES RURAIS EM ITAPEJARA D'OESTE/PR: ENFRENTANDO RELAÇÕES DE PODER PATRIARCAIS**, de **Josiane Carine Wedig**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, **Simão Ternoski**, Universidade Estadual do Centro-Oeste, **Miguel Angelo Perondi**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e **Norma Kiyota**, IAPAR -EMATER (IDR Paraná), utilizam ferramentas de pesquisa ecométricas para analisar os fatores que empoderam as mulheres rurais, cotejando empoderamento e emigração. Também dedicado a compreender o espaço rural, porém a partir de uma abordagem cultural, o estudo de **Veneza Mayora Ronsini** e **Maurício Rebellato**, da Universidade Federal de Santa Maria, intitulado **A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE DE AGRICULTORES FAMILIARES: UMA ARTICULAÇÃO TEÓRICA ENTRE O CONSUMO DE MÍDIA E A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, decida-se ao exame das relações entre a participação de agricultores familiares no movimento social de Economia Solidária e a formação da identidade de classe, observando a mídia e a “(des)legitimação das identidades”.

O conjunto dos artigos que seguem, iniciado por **AS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO TERRITÓRIO DO RÁDIO NO VALE DO TAQUARI/RS**, de **Grazielle Betina Brandt**, **Diogo Daroit Fedrizzi** e **Ângela Cristina Trevisan Felippi**, Universidade de Santa Cruz do Sul, problematiza a comunicação regional. Este primeiro, vale-se dos conceitos de Milton Santos como chaves teórico-analíticas para compreender a espacialização do rádio numa certa região, observando a formação de redes e a concentração de propriedade. Já o texto **A COP-8 NAS FOLHAS DA GAZETA DO SUL: O**

VITIMISMO COMO VENENO JORNALÍSTICO, **Patrícia Regina Schuster, Vanessa Costa de Oliveira e Gisele Padilha Simão**, Universidade de Santa Cruz, realiza uma análise do discurso de uma cobertura noticiosa do jornal regional de referência de um território que sedia o complexo da cadeia do tabaco no Brasil, explorando os comprometimentos da cobertura com estas forças econômicas. Por sua vez, em ENTRE MODERNIZAÇÃO E OBSOLESCÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE (1927-1969), **Alcides Goularti Filho**, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, resgata a trajetória da telefonia pública na formação econômica de Santa Catarina, combinando dois movimentos, da modernização e da obsolescência do sistema nacional de telecomunicações. Por fim, mas não menos relevante, destacamos o artigo de **Marlise Amália Reinehr Dal Forno e Ronaldo Josué Faller**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ESPETACULARIZAÇÃO, TERRITÓRIO E ACONTECIMENTO - O MAPEAMENTO DE UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS, traz ao dossiê um importante vertente dos estudos de mídia, pouco explorado nos estudos de Comunicação e Desenvolvimento, que é a espetacularização da vida privada, aqui observado no espaço virtual, compreendido como um território específico.

A diversidade de abordagens dos quinze textos publicados nesse Dossiê reflete a diversidade de possibilidades de pensar as relações entre Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional, uma área em mudança, atenda às transformações sociais e tecnológicas e as consequentes emergências que se colocam a partir delas.

Seção Artigos Livres

Iniciando essa seção de artigos livres temos o texto de **Renata Gonçalves Rodrigues e Patrícia Dornelles de Aguiar**, FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RS. As autoras abordam o tema das feiras de economia solidária como uma alternativa das comunidades para o desenvolvimento socioeconômico local. Para as autoras, a economia solidária, através das feiras, estimula a integração social, cultural e econômica sustentável no sentido de uma economia simples, em que a solidariedade e a comercialização de produtos artesanais caracterizam essa iniciativa.

Na sequência, temos o artigo CARTOGRAFIA DOS DESLOCAMENTOS: TRABALHADORES SAZONAIS DA MAÇÃ EM VACARIA, de autoria de **Alberto Bracagioli Neto e Tiago Zilles Fedrizzi**, no qual os autores analisam uma das consequências sociais e econômicas da dinâmica do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, que são os fluxos migratórios dos trabalhadores sazonais na colheita da maçã realizada no município de Vacaria-RS. O objetivo foi o de identificar as trajetórias e as diferentes categorias destes trabalhadores. Os autores demonstram o conjunto de assimetrias provocadas pelo processo de desenvolvimento e a itinerância contínua e sazonal destes trabalhadores.

A seguir temos artigo O DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES SOCIAIS EM AGLOMERADOS VAREJISTAS LOCAIS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NA ANÁLISE DE REDES, de autoria de **Jorge Renato de Souza Verschoore Filho, Ingridi Vargas Bortoloso, e Aruana Rosa Souza Luz**. Os autores buscam identificar as relações sociais de redes informais de empresas pertencentes à aglomerados varejistas; comparar tais relações sociais com os dados de desenvolvimento econômico dos aglomerados; e formular proposições para estudos futuros a partir da discussão estabelecida na literatura sobre o tema. Cocluem que aglomerados com maior desempenho econômico apresentam relações sociais fracas em termos de densidade, número de laços, reciprocidade, *outdegree*, *indegree* e maior distância média.

Já o artigo AS ÁGUAS ONDE PESCAM AS MULHERES: UMA ANÁLISE DAS INVISIBILIDADES E DESIGUALDADES NA ATIVIDADE PESQUEIRA NOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS, de autoria de **Joseane de Souza e de Azula Marina Couto Marinho**, trata das relações de trabalho na pesca artesanal, sob uma

perspectiva de gênero. As autoras buscam compreender as especificidades da invisibilidade das mulheres na pesca, no contexto dos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos e, para tanto, analisam as diferenças entre homens e mulheres na pesca artesanal, em três dimensões - mercado de trabalho, vida domiciliar e participação política – a partir dos dados do Censo Pescarte. O estudo mostra haver grande desigualdade de gênero no interior do mercado de trabalho da pesca artesanal na Bacia de Campos e aponta para a necessidade da implementação de políticas de gênero que possam alterar as estruturas de poder e as relações de gênero que se processam no interior das comunidades e do mercado de trabalho da pesca.

Em seguida, os autores **Hilton Manoel Dias Ribeiro, Suzana Quinet de Andrade Bastos, e Ana Maria Hermeto**, em seu artigo AMBIENTE INSTITUCIONAL E RENDA INDIVIDUAL: UMA APLICAÇÃO MULTINÍVEL, se propõe a avaliar como as instituições, seja no nível do indivíduo ou no nível mais agregado (países), se relacionam com uma medida categórica de renda individual. Para atendê-lo, dado que se incluem variáveis em diferentes níveis, lançam mão do modelo de regressão logística hierárquico, tendo a categoria de renda individual como variável dependente.

No artigo GESTÃO INTEGRADA DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E RELAÇÕES COM CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, de autoria de **Denis Alcides Rezende, Ramon Vinicius Ferreira Ramos, e Giovana Goretti Feijó de Almeida**, aborda-se o tema da gestão integrada do transporte público coletivo e as relações com a cidade digital estratégica. Para tanto os autores realizam um estudo de caso sobre transporte público coletivo em Curitiba e região metropolitana. Os resultados auferidos destacaram a presença dos subprojetos da cidade digital estratégica no modelo vigente de gestão integrada do sistema de transporte público coletivo de Curitiba e região metropolitana.

Por sua vez, no artigo DESENVOLVIMENTO E CONFLITO AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DOS “ESPAÇOS VAZIOS” EM MEGAPROJETOS NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL, os autores **Ana Cláudia Hebling Meira e Jalcione Almeida** abordam o tema do discurso desenvolvimentista e os reflexos das ações e projetos governamentais sobre as comunidades tradicionais. Os autores pretendem demonstrar os elementos utilizados para a afirmação deste discurso e a sua negação, que contempla as espacialidades repletas de diversidade e diferenças, expressas pela presença de comunidades tradicionais de pesca artesanal. Concluem que as ações do desenvolvimento, na medida em que se pretendem homogeneizadoras, não permitem a existência de diferenças do espaço o que provoca as disputas que ocorrem no litoral sul do Espírito Santo, com destaque àquelas que dizem respeito à manutenção do modo de vida do pescador artesanal.

Já os autores **Vinicius Rodrigues Vieira Fernandes, e Clesio Marcelino de Jesus** em seu artigo PROJETO GOVERNO CIDADÃO E O ENFOQUE EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DA ABORDAGEM NO RIO GRANDE DO NORTE, abordam o tema do desenvolvimento através da constituição de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e sua relação com as políticas públicas. Os autores discutem os principais problemas de se institucionalizar a ideia de APL como instrumento de política pública no Rio Grande do Norte.

Na sequência temos o artigo TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E NAS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM LONGITUDINAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SALVADOR DAS MISSÕES – RIO GRANDE DO SUL, de **Vanderlei Franck Thies**. Nele o autor procura identificar variações na disponibilidade de mão de obra familiar e analisar as estratégias de alocação de trabalho dos agricultores familiares. Para tal, além de revisão de literatura, o autor coletou dados primários através de pesquisa de campo junto as mesmas famílias, no ano de 2003 e 2018, no município de Salvador das Missões – Rio Grande do Sul.

No artigo POBREZA RURAL NO NORTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, os autores **Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, Ricardo Höher, Paulo Augusto Mendes, e Filipe Bastos Romão** abordam a efetividade do Programa Bolsa Família (PBF) no combate à pobreza no meio rural de acordo com as especificidades das regiões do país. Para tanto, analisam o perfil socioeconômico dos beneficiários rurais do PBF do meio rural na região Norte do Brasil.

Por sua vez, os autores **Pedro Ribeiro Moreira Neto, Aline Cristina Gomes da Costa, e Valéria Regina Zanetti**, em seu artigo POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E IMPACTOS REGIONAIS: UM ESTUDO SOBRE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TAUBATÉ trazem a discussão o tema das políticas públicas de desenvolvimento industrial e seus reflexos no território regional. Os autores buscam identificar os incentivos para o intenso surto de industrialização que ocorreu no eixo da Rodovia Presidente Dutra no período caracterizado como Nacional Desenvolvimentismo e analisar de que forma tais ações influenciaram o desenvolvimento de municípios cujas estruturas urbanas e dinâmicas socioespaciais se modificaram, a ponto de provocar, a partir de 1950, uma inversão na polarização hierárquica da rede urbana regional.

O artigo COOPERAÇÃO E PERSISTÊNCIA: UM ESTUDO DA AÇÃO COLETIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES NO OESTE DO PARÁ, AMAZÔNIA, de autoria de **Heribert Schmitz, e Elielson Soares Farias** aborda a persistência da ação coletiva na Cooperativa Agroleiteira da Transamazônica (Coopetra), no Oeste do Estado do Pará, e as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para manter a agroindústria e a cooperação que viabilizam o seu modo de vida.

Por fim, fechando essa segunda seção do presente volume de Redes temos o artigo REDES SOCIAIS, IMIGRAÇÃO E CULTURA: ÁRABES E DESCENDENTES NA ECONOMIA DA FRONTEIRA PONTA PORÃ (BR)/PEDRO JUAN CABALLERO (PY), de autoria de **Fabrizio Jose Missio, Natalia Bolgado Balbuena, e Rogério da Palma**. Nele, os autores buscam aplicar a ideia de redes sociais a fim de compreender a presença e atuação da população de origem árabe (imigrantes e descendentes) em certas atividades econômicas na fronteira entre Ponta Porã, Brasil, e Pedro Juan Caballero, cidade situada no Paraguai. Para tanto, empreende-se algumas reflexões sobre aspectos que podem ter determinado a vinda e a expansão dos árabes para essa fronteira internacional. Os autores concluem que o movimento migratório dos árabes e sua inserção socioeconômica são influenciados pelas ações de suas respectivas redes. Além disso, o capital social, expresso através das relações de confiança, da cooperação e habilidades comerciais, pauta-se em seus princípios culturais e apresenta-se como um fator social das relações econômicas, sendo um fator significativo no processo de formação social e econômica da região estudada.

Seção Dossiê “Territórios e Transições para a Sustentabilidade”.

A Humanidade enfrenta ao menos três grandes desafios neste primeiro quarto do século XXI: a) como enfrentar e diminuir as desigualdades crescentes nos vários domínios da vida social (Piketty, 2019); b) como fazer frente a um contexto de mudanças climáticas globais e à aceleração dos vetores de degradação ambiental (IPCC, 2021); e, c) como fortalecer as instituições democráticas ameaçadas em um contexto de erosão da coesão social (Levitsky; Ziblatt, 2018). Em certo sentido, parte das abordagens contemporâneas sobre sustentabilidade enfatizam a necessidade de que os processos de transformação combinem ações nestes três campos (Veiga, 2017; Nascimento, 2019), como se observa, por exemplo, na retórica empreendida na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Os territórios, por sua vez, são um domínio empírico privilegiado para a busca de respostas para esses desafios por várias razões. Porque tais desafios se manifestam de maneira heterogênea nas áreas rurais e urbanas, em regiões centrais e periféricas, naquelas mais bem posicionadas ou mais prejudicadas em termos de disponibilidade de recursos e é

preciso tratar afirmativamente essa diversidade espacial. Porque os territórios representam uma unidade entre sistemas sociais e os sistemas naturais dos quais eles dependem, convidando a que se olhe para as interdependências entre os desafios sociais e ambientais (Galvanese, 2021; Favarão; Favareto, 2021). E, também, porque a soluções a esses mesmos desafios não poderão ser unívocas, nem homogêneas. Os processos territoriais sempre envolvem uma dinâmica multiescalar, mas as transições terão que ser adaptadas e enraizadas nestes contextos territoriais (Favareto, 2019).

Apesar da importância crescente da agenda da sustentabilidade e do reconhecimento da relevância da dimensão territorial nas formas de encaminhá-la, pouca atenção tem sido dada à abordagem teórica e científica de um problema central: como conduzir uma transição coerente com aquilo que a agenda da sustentabilidade sugere, desde as condições concretas e objetivas da realidade contemporânea. O fenômeno das transições há tempos é estudado por diferentes campos do conhecimento científico: na demografia, com a noção de transições demográficas, na ecologia sob a forma das transições ecossistêmicas, na física para entender a transição entre as fases das substâncias, entre outras aplicações. Mas somente nas décadas mais recentes, a partir dos desafios impostos com as mudanças climáticas a ideia de transições para sustentabilidade emergiu, especialmente na Europa, como vertente de pesquisa (Loorbach; Frantzeskaki; Avelino, 2017; Scoones et al. 2020).

As pesquisas realizadas neste campo mostram como é improcedente a crítica de que a retórica da sustentabilidade se resume a meros objetivos normativos. Entre as temáticas valorizadas estão: a análise de experiências concretas (de produção, de gestão de recursos naturais e de territórios, de desenho e de implementação de políticas) voltadas a promover inclusão social e sustentabilidade ambiental; o diagnóstico de dificuldades e de bloqueios para a introdução de inovações orientadas à inclusão social e à sustentabilidade ambiental; o exame de condições que favoreceram a superação destas mesmas dificuldades e bloqueios dando lugar à introdução de inovações sustentáveis; o exame de abordagens teóricas sobre processos como mudança e transição em sistemas produtivos, políticas e gestão de realidades espaciais específicas; a identificação de desafios teóricos e de temas de fronteira para a análise de casos marcados por alta complexidade e interdependência entre dimensões sociais e ambientais.

Com o intuito de ampliar a visibilidade e de estimular a produção e a divulgação de trabalhos de pesquisadores sobre este mesmo rol de temas é que a REDES – Revista do Desenvolvimento Regional lançou a chamada de artigos para um dossiê sobre Territórios e Transições para a Sustentabilidade, que agora vem à público. O que dá unidade ao conjunto de artigos apresentados a seguir é a busca pelo diálogo sistemático e crítico com a literatura sobre transições ecológicas e transições sustentáveis. Neles é possível encontrar evidências empíricas sobre os desafios e as possibilidades de superação de bloqueios a uma transição para modelos mais sustentáveis de organização e de desenvolvimento territorial. Há inovações teóricas e metodológicas na análise de experiências ou casos representativos dos processos de transição para a sustentabilidade adaptados às especificidades territoriais. E há novas inferências e insights para se pensar uma agenda de pesquisas e uma agenda de práticas sociais voltadas a explicar ou promover transições sustentáveis nos territórios.

Abrindo o Dossiê, está o artigo **DEVIANCE, PROBLEMATISATION AND SOLIDARITY AS ATTRIBUTES OF SUSTAINABLE PLACE-MAKING - DESVIO, PROBLEMATIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE COMO ATRIBUTOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO**, nele **Abid Mehmood, Terry Marsden** objetivam avançar com a visão conceptual e analítica da apreciação e da conectividade dos espaços, dos lugares e da natureza na reconceitualização e progresso das transições de sustentabilidade. Analisaram as inter-relações entre as abordagens distintas de integração de práticas socialmente inovadoras, problematizadas através de traduções inovadoras, e da ancoragem de traduções sustentáveis por meio de

assembleias solidárias. Estas três dimensões permitiram desenvolver uma perspectiva neo-callonista para a criação de lugares sustentáveis e para a tradução da ciência da sustentabilidade. Referiram algumas experiências empíricas para apreciar estas inter-relações que contribuem para novas realidades e criam novos espaços e lugares de inovação.

No *artigo* O VALOR DA FLORESTA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS PAITER SURUÍ NO USO DOS RECURSOS FLORESTAIS NA TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO, **Xênia de Castro Barbosa, Sheylla Chediak, Ivaneide Bandeira Cardozo** afirmam que a expansão da fronteira agrícola brasileira na Amazônia gerou profundas mudanças nos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e em suas relações com os recursos naturais. Os grandes projetos de infraestrutura implementados na Amazônia na esteira do desenvolvimentismo promoveram usos desiguais e insustentáveis do solo, tornando vulneráveis as populações indígenas e seus territórios. Neste artigo os autores buscaram analisar as transformações na concepção e uso dos recursos florestais pelo povo indígena Paiter Suruí, na Terra Indígena Sete de Setembro. O estudo baseou-se no método documental e as análises foram conduzidas com base no Ecosocialismo. Os resultados apontam para uma compreensão crescente, por parte do povo Paiter Suruí, do valor da floresta em “pé” para geração de renda, principalmente por meio do uso da biomassa florestal para sequestro de carbono; indicam também a introdução dessa etnia no debate internacional sobre a crise ambiental e o aquecimento global.

Giovanni Belletti e Andrea Marescotti, no artigo, O PAPEL DAS REDES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL E DA VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM destacaram que nas zonas rurais, o desenvolvimento é reorientado de forma a valorizar os recursos locais - físicos e socioculturais - com o objetivo de reter os benefícios na área o máximo possível. Os objetivos de desenvolvimento são definidos com base nas necessidades, capacidades e perspectivas dos agentes locais, enquanto a participação da população é um princípio fundamental e uma estratégia de ação. A pluralidade e heterogeneidade de agentes e interesses é, portanto, característica marcante da estratégia de qualidade territorial, cujo desenvolvimento e implementação costuma envolver a contribuição de diversas figuras econômicas. Neste ensaio, os autores identificaram e discutiram a pluralidade de funções-chave que as redes podem desempenhar nos processos de desenvolvimento rural endógeno. A zona rural e seus processos de desenvolvimento endógeno, evidenciados pelos dois casos analisados - do agriturismo e da valorização dos produtos de origem - podem ser interpretados respectivamente como uma rede de redes, mais ou menos formalizada, resultantes de suas interações. Em particular, os autores destacam a função de construir conexões entre capitais para criar significados, ou seja, capital simbólico, caracterizado pelo desenvolvimento de funções econômicas / organizativas, pela criação e compartilhamento de padrões internos e gestão de bens comuns territoriais; soma-se a isso uma metafunção, uma governança eficaz da relação entre os agentes.

A CONFIGURAÇÃO DE CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO ESTRATÉGIA INOVADORA DE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO, **Monique Medeiros, Philippe Jean Louis Sablayrolles, Ademir Antonio Cazella**, apresentam um modelo de análise voltado a situações inovadoras relacionadas à construção social de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), no território amazônico da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, no Oeste Paraense. Para tanto, articulam o enfoque teórico-metodológico da CBST com a noção de Produção de Novidades (Novelty Production). A conjunção das duas abordagens evidencia instâncias de governança por iniciativa de atores sociais capazes de articular atributos diferenciados e de qualidade, o que propicia a configuração de projetos de desenvolvimento que desviam de formas convencionais. A pesquisa, eminentemente teórica, pautada em pesquisas bibliográfica e documental, realizadas entre os meses de março de 2020 a julho de 2021, concebe a construção social da Cooperativa Mista da Flona

do Tapajós (Coomflona) como uma novidade organizacional que inter-relaciona distintos atores sociais na constituição de uma CBST, na qual estão imbricados produtos – móveis de madeira de diferentes categorias, biojóias, artesanato de couro vegetal, licores e alimentos - e serviços - com destaque para o turismo.

Cristiane Mansur de Moraes Souza, Bruno Jandir Mello, Anderson De Miranda Gomes no artigo DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA: AGENDA PARA UMA TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIO pressupõem que os diversos problemas relacionados ao processo de desenvolvimento das regiões esbarram na falta de consideração das questões e relações sobre o binômio ambiente - sociedade. Neste artigo, eles têm a preocupação com a seguinte questão: como fazer com que as comunidades sejam mais resilientes às externalizadas trazidas pelas dinâmicas produtivas e consequentemente, desenvolvidas na lente da sustentabilidade? O artigo objetiva elaborar uma agenda de pesquisa e de prática social voltada a explicar e promover transições sustentáveis nos territórios, por meio de uma pesquisa bibliométrica a partir dos termos desenvolvimento sustentável e resiliência socioecológica. A análise bibliométrica centrou-se em identificar as principais referências teóricas e metodológicas e as temáticas fundamentais abordadas nos estudos selecionados entre os anos 2000 e 2020. A análise dos artigos permitiu identificar três abordagens principais: a) estudos sobre a redução de risco a desastres socioambientais; b) avaliação da capacidade de resiliência dos serviços ecossistêmicos e; c) o desenvolvimento de políticas públicas para a gestão dos recursos naturais. O ponto comum entre os artigos analisados é a busca por identificar, analisar, avaliar e procurar soluções para minimizar os impactos negativos da ação antrópica no meio natural. Sendo assim, sugere-se como agenda para pesquisas futuras o exame de questões relacionadas, com o desenvolvimento de metodologias eficientes para a avaliação da capacidade de resiliência do meio natural e social, frente aos impactos de atividades humanas e das mudanças climáticas. Além disso, os resultados expõem a necessidade de uma agenda de prática de governança dos riscos e da resiliência, com forte participação social

Em seu artigo UMA LEITURA TERRITORIALMENTE SITUADA DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ECOLOGIA DE PROJETOS NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE, **Juliano Luís Palm, Claudia Job Schmitt, Claire Lamine**, buscam analisar, sob uma perspectiva diacrônica, um conjunto diversificado de iniciativas de ambientalização/ecologização da agricultura e do sistema agroalimentar, contextualizadas na Região Serrana do Rio de Janeiro, particularmente nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. As reflexões aqui apresentadas buscam dialogar com um emergente campo de estudos, de caráter interdisciplinar, que toma como objeto de investigação os processos de transição para a sustentabilidade. A pesquisa busca integrar uma abordagem de natureza sistêmica ao estudo das práticas e das experiências dos atores sociais, incorporando, também, contribuições advindas da geografia crítica brasileira e da sociologia francesa. O trabalho teve por base um conjunto diversificado de metodologias, incluindo análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados alcançados colocam em evidência os efeitos gerados por um conjunto diversificado de contenções territoriais, que limitam as possibilidades de incorporação de princípios de sustentabilidade ao sistema agri-alimentar em nível territorial. Chamam atenção, ao mesmo tempo, para a capacidade de agência demonstrada pelos atores sociais na construção de projetos coletivos e individuais, possibilitando a emergência, ao longo do tempo, de um campo compartilhado de relações, quadros interpretativos e controvérsias, descrito pela pesquisa como uma ecologia de projetos.

Em INTERAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS LOCAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO PORTAL DA AMAZÔNIA - MATO GROSSO os autores **Eric Sabourin, José Alesandro Rodrigues e Patrick Caron** afirmam que a agricultura familiar representa um dos principais grupos sociais e econômicos no norte do Mato

Grosso. Entender a interação entre as políticas públicas e as dinâmicas locais e regionais que afetam esse setor econômico é de fundamental importância para identificar as lacunas e os problemas de ordem política e operacional que dificultam o desenvolvimento da região. Este estudo visa analisar o impacto local e a apropriação das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural pela produção familiar e por atores sociais do território denominado Portal da Amazônia, que abrange 16 municípios situados no norte de Mato Grosso. Para tal foram comparados os instrumentos clássicos de política pública para a produção familiar (políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural e apoio à valorização econômica ou à qualificação dos produtos), com novos instrumentos participativos de políticas públicas (programas do governo federal que valorizam a gestão ambiental e a produção sustentável). Esses dois grupos de políticas públicas se diferenciam principalmente pela escala de atuação: o primeiro tem cunho mais individual, associado ao dono do lote, e o segundo tem abrangência territorial, aplicado a um grupo de municípios. Os resultados demonstram uma aplicação problemática e deficiente dos instrumentos clássicos, em particular o crédito e a assistência técnica, o que dificulta a gestão ambiental e incentiva práticas produtivas pouco sustentáveis, embora com um potencial de diversificação da assistência técnica e extensão rural (ATER). Os novos instrumentos de políticas públicas com base no território, como o Vida Rural Sustentável tem proporcionado espaços importantes de inovação e organização dos agricultores, assim como uma maior interação com a sociedade civil local. Esses novos instrumentos têm fortalecido o reconhecimento e a importância da produção familiar para a economia da região, incentivando a mesma a buscar a melhoria de sua produção. Uma produção familiar fortalecida, organizada e atuando de forma coletiva é fundamental para a promoção de um desenvolvimento rural que seja baseado na produção sustentável, que respeite o meio ambiente e propicie uma distribuição de renda mais igualitária.

Concluindo esse segundo Dossiê, **Juan Patricio Molina Ochoa, Carlos Albeiro Mora-Villalobos e María Mery Gallardo Coca** em *RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E REALIDADE CAFEIIRA: ESTUDO DE CASO EM PITALITO (HUILA-COLÔMBIA)* destacam que desde 2012, o Departamento de Huila e o município de Pitalito são os maiores produtores de café da Colômbia. Em 2018, Pitalito representava 2,2% da produção nacional de café e 12,7% da departamental. O objetivo deste artigo é caracterizar a cadeia produtiva do café em Pitalito e sua conexão com as políticas cafeeiras vigentes, como um insumo para propor propostas para melhorar essa relação. Foi aplicada uma abordagem de pesquisa mista que incluiu três estágios: pré-campo (informações institucionais secundárias), campo (aplicação de pesquisas estruturadas por amostragem em bola de neve) e análise de informações. Os resultados mostram que o café de Pitalito tem reconhecimento internacional de alta qualidade, porém, existem problemas de desarticulação na cadeia que influenciam preços, volumes e competitividade, que podem ser corrigidos com políticas ajustadas ao contexto regional.

Este conjunto de artigos abre caminho para uma melhor compreensão da complexa relação entre territórios e transições para a sustentabilidade. Este é um terreno vasto e com muitos aspectos ainda por serem explorados. Eles representam um interessante panorama representativo da diversidade de formas possíveis de promover uma abordagem científica da sustentabilidade e do problema da transição. Esperamos que a leitura do dossiê estimule novos esforços nessa direção e que, com isso, se possa, a um só tempo, oferecer mais e melhores evidências para qualificar o debate público sobre os desafios socioambientais contemporâneos, e aprimorar os instrumentos teóricos e metodológicos para produzir mais e melhores conhecimentos a esse respeito.

Desejamos Vida Longa à Revista Redes!

Ângela Cristina Trevisan Felippi, Grazielle Betina Brandt e Alex Pizzio da Silva



Editores do Dossiê: “Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional”

Arilson Favareto, Cidonea Machado Deponti, Giovanni Belletti e Lídia Cabral
Editores do Dossiê “Territórios e transições para a sustentabilidade”, e

Rogério Leandro Lima da Silveira e Erica Karnopp
Editores-chefes da Redes

REFERÊNCIAS

FAVARÃO, C.; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios – contribuições teóricas para a análise das transições sustentáveis em sistemas agroalimentares. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 41, n. 2, jul./dez. 2021

FAVARETO, A. Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, 2019

GALVANESE, C. **Paradigmas do planejamento territorial em debate** - Contribuições críticas a um campo científico emergente. São Bernardo do Campo: Ed. UFABC, 2021.

IPCC. AR6 Climate Change 2021: The Physical Science Basis. 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/#SPM>

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras. 2018

LOORBACH, D.; FRANTZESKAKI, N.; AVELINO, F. Sustainability Transitions Research: Transforming Science and Practice for Societal Change. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 42, p. 599–626, 2017

NASCIMENTO, E. **Um mundo de riscos e desafios**. Conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia, e eliminar a nova exclusão social. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira. 2019.

ONU. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova York: UN, 2015.

PIKETTY, T. **Capital e ideología**. Barcelona: Ed. Planeta, 2019.

SCOONES, I. et al. Transformations to sustainability: combining structural, systemic and enabling approaches. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 42, p. 65–75, 2020.

VEIGA, J.E. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**. v. XX, n. 2 n p. 233-252 n abr.-jun. 2017

AVALIADORES DO ANO DE 2021

Abel Cassol
Airton Adelar Mueller
Alessandra Troian
Alex Pizzio Silva
Almir Arantes
Anelise Graciele Rambo
Angela Cristina Trevisan Felippi
Arilson Da Silva Favareto
Bruno Kegler
Carlos Eduardo Ruschel Anes
Carolina Braghirolli Stoll
Catia Grisa
Chaiane Leal Agne
Cidonea Machado Deponti
Cinara Neumann Alves
Cláudio Becker
Daniel Arruda Coronel
Danilo Barbosa Arruda
Dyego De Oliveira Arruda
Edemar Rotta
Eduardo Kunzel Teixeira
Eloi Martins Senhoras
Erika Cristine Kneib
Ezequiel Plínio Albarello
Francinei Bentes Tavares
Francisco Jose Silva Tabosa
Geraldo Edmundo Silva Junior
Giovana Gorette Feijó De Almeida
Gleicy Vasques Moreira
Grazielle Betina Brandt
Hector Martin Civitaresi
Heron Sergio Moreira Begnis
Jandir Ferrera De Lima
Janete Facco
Joacir Aquino
José Afonso Teixeira
José Antonio Moraes Do Nascimento
Julio Araujo Carneiro Da Cunha
Letícia Maria Schabbach
Luciana Leite Lima
Ludmila Gonçalves Da Matta
Marco Andre Cadoná
Mariana Oliveira Ramos
Marília Luiza Peluso
Markus Erwin Brose
Moacir José Dos Santos
Monica Franchi Carniello
Paulo Niederle
Paulo Romano Reschilian
Pery Francisco Assis Shikida
Potira Viegas Preiss
Ricardo Rondinel
Rodrigo Da Rocha Gonçalves
Rodrigo Luis Dos Santos
Rogério Leandro Lima Da Silveira
Silvio Cezar Arend
Suzel Lisiane Jansen Bittencourt
Tiago Costa MARTINS
Virginia Elisbeta Etges
Wellington Ribeiro Justo